

# A ESCOLA DO RECIFE

**Alberto Frederico Lins**

da Universidade Federal de Pernambuco

## **Os Precursores**

Pernambuco sempre foi, no concerto dos Estados brasileiros, uma matriz do pensamento nacional. Em que pese o trabalho fecundo do Maranhão e da Bahia, foi daqui do Recife que saiu a chama alentadora da nossa cultura, mesmo que, para isto, contribuissem o estro de um Castro Alves ou a prosa de um Ruy Barbosa. Entretanto, mesmo nascido longe mas tendo aqui recebido formação intelectual são vozes estas que permanecem no conjunto dos formadores pernambucanos. E quanto mais mergulha o crítico no passado, vai encontrando os sinais de presenças inconfundíveis, as vigas mestras da escola de pensamento regional, que se universalizaria em fins do século XIX. É muito para trás que se vai buscar as raízes dessa história literária singular, que culminaria na formação homogênea de um só pensamento crítico, em oposição ao imobilismo anquilosante dos mestres acadêmicos de então. Isto, quanto ao passado distante. Mais próximo, chegavam ao Recife e eram vistoriados pelos intelectuais, os trabalhos de seus confrades do sul, enquanto apareciam da Europa, vestidas no francês castiço de Hugo e Balzac, as filigranas de ouro do romantismo em ebulição. A nossa criação mental era puramente francesa. De Paris, da Paris de Chateaubriand e Lamartine, che-

gavam a orientação e o ritmo literários. Ninguém escrevia, jamais, uma folha sequer sem mirar-se em Musset e Eugene Sue. Dumas e Flaubert orientavam gerações brasileiras. Não havia uma reação. Aceitava-se tacitamente o agrilhoamento mental, mesmo que se vivesse num mundo diferente. Aqui no país, Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo atinham-se aos moldes clássicos do pieguismo romântico, mesmo que, no autor de HELENA, viesse tal imitação nas roupas de um linguagem escorreita. Mas, fina e castigada, mesmo assim era fria, transmitindo sem originalidade mensagens de Walter Scott e cantigas de Goethe e Schiller. Nosso mesmo; criação nacional; interpretação pessoal do pensamento, ninguém ousara ainda tentar, mesmo os que poetizavam em literatura amena, como José de Alencar, admirável retratista de uma sociedade em extinção, reinventada no seu cérebro poderoso, como o índio semi-deus que marcou época em nossas letras.

O molde, o modelo vinha preparado da Europa. Pensava-se na moral do quotidiano com Dickens, na poesia com Hugo, na crítica com Renan e Saint-Beuve. O figurino era um só. De Portugal vinha toda uma orientação, prendendo o ficcionismo nativo na fascinante magia do estilo de Camillo, da ironia de Eça, da poética dolorosa de Antero de Quental. Da pátria irmã vinham os ditames a um modelo sem profundidade, que aflorava os problemas sem ir ao âmago das questões. Pensava-se mas não se criava. O que vinha de fora, estava certo. Jamais pensar-se-ia em discordar dos índios sábios de Chateaubriand e dos gregos heróicos de Byron. Xavier de Maistre e Brillat Savarin eram inerrantes. O Brasil aceitava sem discussão a discussão alheia. George Sand, cujas massadas romanescas faziam o encanto das "cocottes" do Quartier Latin, aqui também produziam vibrações nas donzelas pianívoras e cloróticas da Tijuca e do Andaraí, e, neste Pernambuco tão sofrido, nas recatadas sinhazinhas do Poço da Panela e da rua da Imperatriz, efeminando também os seus cortejadores de polainas reluzentes e suíças brilhantes. E no Recife, em Salvador ou em São Luiz era o mesmo. Por em dúvida Tocqueville ou Jules Sandeau, Manzoni ou Théófilo Braga era blasfêmia a que se não atreveria o indígena da rua do Ouvidor, no Rio, ou do Arco de Santo Antônio, no Recife. A janotagem estrangeira exportava para cá o que queria, sem uma reação à altura, como se a bugrada verde e amarela do Segundo Império jazesse anestesiada pelos alexandrinos eternos de Victor Hugo e o dramatismo prosódico de Camillo, na verbalidade alienada de Nietzsche e às lucubrações soturnas dos pensadores russos. A produção nacional escassíssima não alimentava a procura, vivendo de babosas poesias em álbuns ou de críticas sem razão ao regime. O vazio enchia-se com o que enxurrava de fora, sem que um critério separasse o joio do trigo. Não em forma de censura, jamais, mas em formato de crítica, alteando-se sobre a errónia alheia. Os trabalhos jurídicos, enclausurados nas normas rígidas da legislação portuguesa, não deixavam passar um raio da luz do século. As Ordenações Filipinas transpareciam mais do que as conquistas revolucionárias de 1776 e 1789. Estudava-se com lentes de mentalidade bitolada, estreitadas dentro de axiomas sedícios, tresandando ao autoritarismo jurídico-religioso das cátedras coimbrãs. Ensino estéril de regras isentas de crítica, severamente entrajadas em parágrafos e artigos sem vida, enquadrando contraventores e criminosos de uma sociedade que os produzia aos milhares, beatamente cretina.

Os bacharéis, tão elogiados hoje pelos estudiosos do passado brasileiro, nada mais eram do que autômatos de uma didática jurídica destorcida, que, se de um lado os preparava bem para defendê-la e ao "status quo" vigente, por outro, atrasou o progresso mental de um povo, apertado entre a ignorância filosófica e a especulação teórica de

frustrados oradores de salão. O álbum de frases feitas substituiu, aqui no país, a argumentação crítica. Quem se atrevesse, num concurso público, a contrariar um consagrado medalhão imbuido do tomismo ou das elucubrações soturnas de Santo Agostinho, levaria um "r" enorme e ribombante, mesmo que esse aluno fosse um gênio. O bacharelismo lusco-brasileiro viveu de bajulação, servilismo e hipocrisia a mestres que o não eram, forjadores de diplomados sem cultura e sem grandeza. Na arena política, degladiavam-se bem, mas no gabinete, na hora de pensar, jungiam-se ad apeiro comum, ailigavam-se aos europeus, raro discordando dos seus mentores. O encarniçamento contra frei Caneca foi menos porque fosse um revolucionário, do que um contestador intelectualmente dotado, perigoso pela sua cultura crítica à ordem bragantina, às normas ditatoriais do epileticismo legisferante de Pedro I. Ruy Barbosa mesmo, foi mentalmente um inglês. E o que é mais: um britânico londrino, medido, calculado, muito de limites e categorias de uma rigidez que, se não fosse levada a sério por ele próprio, seria ridícula. E, como ele, os liminares que vinham do começo do século, passando pela Independência e a Regência. E foi essa bacharelize emproada e falsa, que, muita vez, ia casar aos engenhos para enriquecer-se de mulher leitosa e filharenta e prestígio político, reduzindo o nosso tempo de progresso em mais de dois séculos.

E se nas ciências era assim, que dizer, então, da literatura? O jornalismo, seu ramo nacional mais vibrante, prendia-se ao localismo esterilizante, rarissimamente fulgurando algum órgão que se dedicasse à crítica pela crítica. Uma política de aldeia paroquializava a imprensa nacional, castrando-lhe os vãos, os raptos, uma ou outra manifestação mais intensa de independência intelectual. A não ser a polêmica individual e a crítica aos gabinetes ministeriais que se sucediam, o mais era a repetição da frase feita, da glosa e das melosas crônicas sentimentais. Entretanto, aproximava-se uma época em que muita coisa seria subvertida pelo gênio de um homem sofredor, vergastado pela vida, atribulado pelo desespero de quem enxergava bem numa terra de miópicos subservientes.

Já nos meados do século XIX a revolta praieira, no Recife, dimensionava alguns homens. Seriam os mesmos de 17 e 24, sob outras fisionomias? Seria o 'engenheiro francês, de pensamento nitidamente contestatário? O frade heróico arcabuzado em Cinco Pontas? Vauthier teria sido um precursor do ideário dos jovens de 1870? E que dizer de Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima e Borges da Fonseca, que começavam a pensar, recalcitrando contra os mandamentos de grupos e os figurinos cortezãos? Havia como que uma fermentação, que nada prenunciava de bom ao comportamento devotado dos áulicos mentais da Europa nesta província tão provada de sofrimento, repressão e sangue. O bacharelismo dos genros de Cavalcantis e Rêgo Barros, Souza Leões e Wanderleys, decantado pelo saudosismo estrábico, começava a sofrer, à sombra do cadáver mutilado de Nunes Machado e da sepultura negada a Abreu e Lima, os primeiros ataques ao ultramontanismo oficializado na sua estrutura puramente portuguesa, assistindo aqui, no Recife, as discussões que traziam luz sobre seus dogmas desconchavados, alertando uma geração que começava a viver outros tempos.

O "O Progresso", — que já vinha batizado profeticamente — como a seu tempo fora "O Carapuceiro", estampava idéias subversivas à indolência mental da claqué jurídica, a única que empunhava a pena nas letras do país engajado. E em que pese a genraldia, que dava aos senhores de engenho, perpetuando-lhe o sangue e o poder no emprenhamento das sinhazinhas, o manobrar a política regional com mão de ferro, dessorava-se no publicar coisa alheia, sem cabedal próprio, aqui e ali deixando cintilar "Os

Escravos", de Castro Alves, ou uma página de Ruy Barbosa, embiocando a cara, novamente, nos parágrafos cediços das ordenações que os castrava.

Essa bacharelize, açoitada nas páginas dos praiheiros, zurzida lá na Europa por sucessivas revoluções sociais, nem sequer reagia aqui, pois não possuía consciência própria. E não possuindo, estiolava-se na inércia mental da política da Corte, o imenso vazio de um falso conservadorismo capanga, escorado no liberalismo aguado dos invejosos do poder. A alternância partidária, que D. Pedro mantinha sabidamente, anestesava no possível idealista que daqui fosse, montado no seu canudo de bacharel, ajudado pelovoto de cabresto do senhor de engenho seu sogro, qualquer veleidade de crítica filosófica objetiva pessoal e brasílica. Que se cantasse o índio mas sem interpretá-lo. Que se lesse o que quisesse mas dentro dos parâmetros traçados pela santa madre e a herança feudalística remanescente no "jardim à beira mar plantado".

Todavia, muita cousa que Frei Caneca arguira, permaneceu. Não é impunemente que se diz a verdade. E o que o tonsurado heróico deixou em 25, no chão em que caiu ensanguentado pela justiça e o medo oficiais, Vauthier e Antônio Pedro de Figueiredo retomaram, e de que modo!, alicerçando a base de ideais do que seria, vinte e cinco anos mais tarde, a Escola do Recife.

### Os Discípulos

Que seria a chamada Escola do Recife? Ao que se propunha? Um grupo de homens que pensava por si, brasileiroamente, discutindo idéias e fatos, propostos a procurar um caminho intelectual que não fosse a louvaminha tradicionalista, salamalequeira e servil dos seus maiores. Propunha-se à discussão franca, desmoldada de formas, prematura e preliminarmente consideradas absolutas, únicas, inerrantes. Tencionava, aquele grupo insatisfeito de bacharéis que só o eram no título, mas de mentalidade, arejada pela dúvida e a descrença, demonstrar ou desaparecer tentando demonstrar que nem tudo que se dizia na Europa, filtrando-se pelos jornais da Corte, era a verdade suprema. E isto souberam fazer. Fizeram-no em escritos hoje guardados com respeitosa admiração pelos críticos da atualidade, que o não seriam tão francos não tivessem sido eles tão corajosos. Gumersindo Bessa, Clóvis Beviláqua, Carneiro Vilella, Afonso Olindense, Aníbal Falcão, Faelante da Câmara, Alcedo Marrocos, Gervásio Fioravanti, Regueira Costa, Artur Muniz, Paulo de Arruda, Mateus de Albuquerque, Artur Orlando, Mendes Martins, Silvio Romero, Alfredo de Castro, Gaspar Drumond, Gonçalves Maia, Martins Júnior, Baltasar Pereira, Tomé Gibson, Domingos Margarinos, Mário Rodrigues, Teotônio Ereira, Oliveira Lima, Pereira da Costa. Quantos mais? Vêm até nós noutra geração, não importando a ordem cronológica em que expressaram sua independência, desdobrando-se em Monteiro Lobato, Mário Melo, Metódio Maranhão, Humberto de Campos, Paula Nei, Emílio de Menezes e Agripino Grieco. Deles, daqueles primeiros discípulos de um renovador mental do pensamento brasileiro, são, desde os fins do século XIX até os nossos dias, os debates jurídicos, as polêmicas francas, os seminários acadêmicos sem subterfúgio, a verdade proclamada... mesmo em voz baixa. Se a muitos falta o espírito de sacrifício dos precursores da Escola do Recife, os José Luiz de Mendonça, os Domingo José Martins, os Vicentes Ferreira dos Guimarães Peixôto, os frei Caneca, os Abreu e Lima, os Padre Roma — sobra-lhes inteligência para saber esperar e manter acesa a lâmpada votiva do liberalismo crítico, mesmo num mundo dominado, quase todo, por vanguardas estrangeiras e intromissões alienígenas no processo político interno das nações satélites. E esta verdade proclamou-a o grupo, a falange que, nos

corredores da nossa velha faculdade de Direito, discutiu se o monismo era uma verdade e se a metafísica não estaria morta. E este "se" que empregava, essa condicional especulativa abria-lhe a porta de muita cousa, clareando uma época hipocritamente ultramontana, clericalista e ignorante, acomodada e cruel. E essa verdade que buscava chegou até os nossos dias, enchendo de sadio orgulho a criação nacional. Um pensamento próprio, ascensional, de verticalidade jamais desmentida depois de 1890, seja num Nelson Hungria, num Sobral Pinto ou num Demócrito de Souza. A linha mestra, a viga mental da Escola do Recife, quer nos discípulos diretamente envolvidos, quer nos que se lhe seguiram pela Abolição afora até o segundo quartel do século XX, robusteceu-se com o dobrar dos anos, aviventando sempre as tintas dos seus caracteres básicos — Joaquim Nabuco, José Mariano, Rodolfo Aureliano, Neto Campelo, Barbosa Lima Sobrinho, todo um grupo que veio, ensinando a pensar, desvinculando-se das influências exteriores.

O que houve de bom e salutar no mentalismo brasileiro, depois de 1880, deve-se à Escola do Recife. Será exagero o dizer-se isto? Vejamos se é. Toda linha filosófica de Farias de Britto, como a sociologia de Oliveira Viana, a intuição regionalista de Gilberto Freyre, o nativismo de Caio Prado, a combatividade de Josué de Castro abeberou-se, tão somente, na liberdade que ela forneceu, abalando as estruturas caducas dos currículos universitários coimbrãos, aqui implantados, ao advir a Independência, pelos mentores de uma cultura sobre alienada completa e totalmente ultrapassada. Quando a Alemanha dava Goethe e Marx; a França Victor Hugo e Balzac; a Inglaterra Charles Dickens e Disraeli; a Rússia Dostoievsky e Tolstoi e os EE.UU. Poe e Longfellow — Portugal chorava um estiolado romanticismo de tamancos, nas endeixas lagrimosas duma mocidade paupérrima e sem vida. E foi esta mentalidade de desgraça e submissão e destino e fado e sina; beijos roubados e laços de fitas, que veio até nós, quando não, as aberrações conimbricenses e bracarinas e lisboetas espremidas de códigos e leis senis, cobertas de teias de aranha nos escuros desvãos dos sombrios corredores de escolas jurídicas que já nada representavam dentro do movimento intelectual de então. E só vinha para aqui, de envolta com barricadas de bacalhau e pipas do "berde" tripeiro, essas maravilhas mumificadas, que, de certa maneira, lesaram o pensamento criador de três gerações de brasileiros.

Mas a reação chegou na voz de discípulos de um novo estilo de discordar, vibrante, crítico e cuja persuasão científica terminou por clarificar o espírito nacional, lançando à busca da verdade filosófica, nem que chocasse, quando descoberta, os modelos clássicos, o estabelecido, desacreditando as milenárias credences impostas pela acomodação e a subserviência intelectual de homens que, vivendo num país livre, pensavam colonialmente, vinculados à falsidade de imperativos econômicos e sociais. E hoje se ainda os há, e há!, sabem que inúmeros outros, mesmo silenciados pela força do dever e da sobrevivência, discordam, pensam, especulam e mantêm viva a chama que, em anos de magnífica turbulência intelectual, um filósofo e crítico acendeu nos vetustos salões de uma faculdade de Direito, constituindo prosélitos fiéis que, à sua morte prematura, levaram-na, de mão em mão, ao futuro distante.

### **A Sombra de Tobias**

Tobias Barreto de Menezes nasceu em 1839. Em Sergipe. Ao mesmo tempo, lá no Rio de Janeiro, na pendente de um morro, nascia outro mestiço genial: Machado de Assis. Este, acomodado amanuense físico e mental, levado à coerência de uma vida

frustrada pelos acicatos de enfermidade humilhante. O outro, não: a sua mestiçagem levou-o à luta, à disputa, à efervescência de um temperamento explosivo, convulsionado, se não pela epilepsia machadiana, pelo nevropatismo bilioso camiliano, que lançava sempre no centro dos acontecimentos, fosse uma serenata na rua do Lima, um encontro de "capoeiras" no Brum, no "rendesvous" amoroso da rua Vigário Tenório, fosse uma polêmica literária. Machado foi um morto-vivo de sua própria condição física, almejada ao orgulho perenemente aceso; Tobias um vivador nato, rebelado dentro de um físico que o envergonhava. Do que se temia Machado, afrontava Tobias sorrindo. Até o nome de negro-Tobias, assentava-lhe como apelido grego para levá-lo a brigar. O Joaquim Maria — outro nome de preto escravo, servia ao do Rio para o enobrecimento do Machado de Assis; o Barreto de Menezes do de cá, obscurecer-se pelo pré-nome que cheirava, mesmo de longe, às escuras senzalas sergipanas. No entanto, foi casar na casa grande de nobre rural. O Tobias era-lhe apanágio na escola e na faculdade. Conheceram-no assim. Arrebatado, fluente, fazia esquecer a altivez pela magnífica verbosidade, servindo uma inteligência viva. Duelou polemisticamente com Castro Alves, enfrentando o estro imbatível porque genial. Em que pese o fato literário de Castro seguir Hugo, vergastando com alexandrinos que são chicotes e imobilismo imperial, Tobias teve a coragem de contrariá-lo esgrimindo uma faceta literária que lhe era adversa: a poesia. Todavia, passada essa fase das atrizes isabelinas, mas profundo do que o vate baiano, ateu-se a estudos sérios, buscando explicações pessoais, próprias para o que não sabia. A descoberta dos pensadores alemães marcou-o profundamente. Foi claridade que, enquanto viveu, jamais deixou de fasciná-lo. Artur Orlando, seu discípulo e amigo, escreveu sobre as dúvidas e o interesse que tinha pela explicação despida de roupagens estrangeiras, escorado no cientificismo filosófico germânico. E não só isto: tudo que se prendesse a especulação séria dos problemas da alma, do espírito, as inquições e dúvidas que o atormentavam, que lhe tornavam vigilante a inteligência insatisfeita. Diz Artur Orlando: "O problema religioso mereceu especial atenção de Tobias Barreto não como simples assunto de curiosidade, capaz de interessar um certo número de espíritos, mas como manifestação de uma tendência humana, que se afirma numa direção especial, da mesma sorte que o movimento científico, artístico, literário.

O Ensaio escrito a propósito do livro de Guyau é produção toda nova, como germe de crença de futuro, como aspiração da alma contemporânea, como satisfação à necessidade afetiva que existe em a natureza humana, como solução entre a afirmação e a negação da divindade, como uma concepção que, se não nos aponta um futuro cuja perspectiva nos deslumbra, inspira-nos uma tolerância que é a maior vitória da civilização sobre a barbárie.

"Ensaio igual somente o da "Recordação de Kant", mais importante dos trabalhos filosóficos de Tobias Barreto, como exposição clara e lúcida da filosofia alemã nas diversas fases de seu desenvolvimento, como justa e apurada crítica da filosofia francesa, como reabilitação da metafísica de Kant, e sobretudo como manifestação de elevado senso filosófico, opondo ao inconsciente de Hartmann e ao mecanismo de Haeckel o monismo largo e fecundo de Noiré (1).

Ele tudo estudava e especulava para pensar por si próprio. E, fazendo-o com segurança, mesmo que em muitas cousas estivesse errado, arrastava na sedução da sua inteligência argumentativa os jovens discípulos, ensinando-os a crítica pessoal, a dúvida que constrói e a contestação discussória que gera luz. Brigando, refutando mestres

e seguidores; polemizando, escrevendo e falando, abalava os salões frios da velha faculdade, onde imperavam mestres empafiosos e tapadinhos, avessos à claridade da ciência e do confronto construtivo. A linearidade do pensamento alemão, com toda sua força interior, fugia-lhes dos cérebros enfermiços de poesias líricas e açucaradas endexas filinteanas, auridas, junto com os empoeirados artigos dos códigos pós-medievais, nos antissépticos casarões da hipocríssima sociedade imperial.

Tobias espanava-lhes, de dentro das cabeças apovoradas, as teias de aranha do misticismo e do apego à letra. Desesterilizou a imaginação sedente dos companheiros de academia forense, levando-os a pensar, e, conseqüentemente, a criar. Muitos discordaram de suas idéias, mas, assim fazendo, prestavam-lhe a homenagem indireta da independência mental ensinada por ele. Daí, muitos pensarem que não houve uma Escola do Recife, dado a discrepância de alguns discípulos. Mas a grande obra de Tobias Barreto foi ter ensinado a discordar, até dele próprio. Fausto Cardoso, repudiando-o, demonstrava o quanto lhe devia. Um mestre atual, Vamireh Chacon, diz sobre a magia com que o sergipano unificava os condiscípulos, que, para ele, não existiam alunos e mestres, e, sim, amigos que pensavam juntos: "Contudo, só o próprio Tobias conseguiu fascinar mais os seus alunos na velha Faculdade de Direito do Recife, com o colorido da sua oratória barrôca, com o ardor de seu ímpeto, com a clareza da sua exposição didática" (II). E esse fascínio do aluno e mestre, aligava-se às gerações que despertavam, desagrilhoadas pelo seu exemplo contestatório. A propósito do cenário intelectual do tempo e da reação a ele feita, escreve mestre Nelson Saldanha, herdeiro já de uma faculdade liberta do ranço e da carrance anquilosadora da imitação ao modelo luso-europeu: Ao tempo de Tobias Barreto, ainda conviviam na mentalidade brasileira duas impressões bem típicas de relação cultural com os países europeus: a de que era possível caminhar paralelamente a ele, editando, pensando, discutindo igual a elas; e a de que éramos inferiores, incapazes ainda de nos integrar na vida intelectual "mundial". Ainda não se podia por o problema nos termos em que hoje os mais lúcidos o poem (...)

"De qualquer sorte, foi aquele tempo o das duas ou três décadas finais da monarquia — um estágio de consolidação de tendências e apuração de tipos, no quadro de nosso pensamento político. Mantem-se a flama polêmica, nutrida de insatisfação e moldada em categoria críticas; desenvolve-me a reflexão. A adequação das idéias à realidade nacional aumenta: ou pelo sentimento de uma maior participação do pensamento na vida de camadas mais largas de leitores, ou pela exigência de realismo — a cuja fundamentação não estavam ausentes os sociólogos e escritores sociais do tempo" (III).

Assim começava a se pensar. Tirara-se a venda. Os antolhos mueres ficavam com os lentos, mas eram retirados, brutalmente, pelos alunos. E quem pensa, recria seres e cousas. Reveste, veste e desveste criaturas mortas e vivas. Usa o método da História, que é a crítica apurada dos fenômenos em todos os seus pormenores, para pungir e expungir do corpo mental de um povo os resquícios viciosos da imitação e da falsidade. E, usando-o, higienisaram o ambiente de sua geração. Lendo Haeckel, Darwin, Hartmann, Sehopenhauer, Kant, Hegel, Fichte, Wolff, Comte, Cousin, Renan, Taine, Spencer, Scherer, Littré, Bournoff, Vacherot, Muller, Buckler e tantos outros, distribuía Tobias Barreto, com seus ouvintes e leitores, arejantes idéias que, disseçadas, geravam novos fatores de especulação intelectual. Criticou azedamente o romancista doentio de Macedo e Alencar, as "repúblicas" de letras do sul que, julgando-se sagradas, diminuíam, desprezavam e, o que era pior, ignoravam o pensamento nordestino. E toda aquela insatisfação de que falam Vamireh Chacon, Artur Orlando, Silvio Romero e Nelson Saldanha, mo-

tivadora dessas críticas a um passado de imobilismo mental, foi motivada pela Escola do Recife, criação do espírito agitado do sergipano imenso. Diz Omer Mont'Alegre: "Forma-se um clima próprio para alguma cousa nova (...) Teorias cruzam o território brasileiro na voz dos discursos, nas folhas dos jornais. Tudo então se agita; a revolução não se cinge à política; vai à filosofia, à literatura, à poesia, ao direito. E o brado que deu início a esta modificação, partiu da Escola do Recife" (IV).

Tobias Barreto morreu em 26 de junho de 1889. Tinha 50 anos. Sofreu muito. O mulatismo acompanhou-o pela vida afora. Mais dentro dele do que nos olhos dos que o viam. Era o ergástulo vivo da sua própria desdita.

Tobias Barreto de Menezes. Um homem que ajudou outros homens a pensar.

## NOTAS

- (I) — LITERATURA PERNAMBUCANA, artigo crítico na pág. 7702, na abertura prefacial do XVI Vol. da Biblioteca Internacional de Obras Célebres.
- (II) — "DA ESCOLA DO RECIFE AO CÓDIGO CIVIL", pág. 131.
- (III) — HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS DO BRASIL, § 5, art. Historiadores Políticos, pág. 215.
- (IV) — "TOBIAS BARRETO", cap. VIII, pág. 121.

## BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Tobias de Menezes — "Estudos Alemães", ed. de 1926 do Estado de Sergipe. "Polêmicas", idem.
- ORLANDO, Arthur — "Literatura Pernambucana" artigo in "Biblioteca Internacional de Obras Célebres", vol. XVI, 1.ª Ed. s/data, págs. 7689/7703. Sociedade Internacional. Rio.
- BARRETO, Tobias de Menezes — "Filosofia e Crítica", idem. "Questões Vigentes", idem.
- BASTOS, Tavares — "A Província", 1.ª Ed. 1870. B. L. Garnier, Livreiro Editor. Rio.
- CHACON, Vamireh — "Da Escola do Recife ao Código Civil", 1.ª Ed. 1969, págs. 16 a 163, Organização Simões Editora. Rio.
- FONSECA, Gondin da — "Machado de Assis e o Hipotótamo", 1.ª Ed. 1960, Editora Fulgor, São Paulo.
- MAGALHÃES Júnior, R. — "A Vida Turbulenta de José do Patrocínio", 2.ª Ed. 1972, págs. 96/118, Lisa S. A. Rio.
- MARTINS, A. — "Martins Júnior", 1.ª Ed. 1905, Tip. do "Jornal do Recife", Recife.
- MENEZES, Djacir — "O Brasil no Pensamento Brasileiro", 1.ª Ed. 1957, págs. 309/15, Ministério da Educação e Cultura, Rio.
- MONT'ALEGRE, Omer — "Tobias Barreto", 1.ª Ed. 1939, Casa Editora Vecchi. Rio.

- MORAIS, Evaristo de — "A Campanha Abolicionista", 1.ª Ed. 1924, págs. 228/31, Livraria Editora Leite Ribeiro. Rio.
- NABUCO, Carolina — "A Vida de Joaquim Nabuco", 1.ª Ed. 1928, págs. 65/173, Cia. Editora Nacional. Rio.
- NABUCO, Joaquim — "Minha Formação", Ed. s/data do Instituto Progresso Editorial S. A. São Paulo, págs. 157/190.
- OLIVEIRA TORRES, João Camilo de — "Interpretação da Realidade Brasileira", 1.ª Ed. 1969, págs. 225/38, Liv. José Olympio. Rio.
- PAIM, Antonio — "A Filosofia da Escola do Recife", 1.ª Ed. 1966., Ed. Saga. Rio
- PRADO JÚNIOR, Caio — "Evolução Política do Brasil", 1.ª Ed. 1933, págs. 141/198, "Empresa Gráfica Revista dos Tribunais. São Paulo.
- SALDANHA, Nelson Nogueira — "História das Idéias Políticas no Brasil", 1.ª Ed. 1968, págs. 158/216, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SOBRINHO, Barbosa Lima (Alexandre José) — "Presença de Alberto Torres", 1.ª Ed. 1968, págs. 43/55. Editora Civilização Brasileira. Rio.
- VEIGA, Gláucio — "A Teoria do Poder Constituinte em Frei Caneca", 1.ª Ed. 1975. Editora Universitária. Recife.
- VITA, Luiz Washington — "Alberto Sales, Ideólogo da República", 1.ª Ed. 1965, págs. 111/19 Cia. Editora Nacional. São Paulo.